



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Fialho NASCIMENTO, Nádia Socorro; HAZEU, Marcel Theodoor
Grandes empreendimentos e contradições sociais na amazônia: a degradação da vida no
município de Barcarena, Pará
Argumentum, vol. 7, núm. 2, julho-diciembre, 2015, pp. 288-301
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547145021>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TEMA LIVRE

Grandes empreendimentos e contradições sociais na amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará

Great enterprises and social contradictions in the Amazon: the degradation of life in the municipality of Barcarena, Pará

Nádia Socorro Fialho NASCIMENTO¹

Marcel Theodoor HAZEU²

Resumo: Este artigo aborda a riqueza e a pobreza geradas em função de grandes empreendimentos industriais e portuários no município de Barcarena (PA). Objetiva analisar os processos produtivos e logísticos em curso – que têm gerado um elevado Produto Interno Bruto (PIB) no município –, e as contradições sociais – verificáveis a partir das condições e relações de trabalho, das desapropriações e deslocamentos forçados, da degradação ambiental e da demanda por programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF). A partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo são identificadas as precárias condições sociais da população de baixa renda daquele município paraense indicando que a produção de riqueza em função do complexo portuário-industrial produz, concomitantemente, pobreza de uma grande parte da população tradicional e migrante, aprofundando as expressões da “questão social” na região.

Palavras-chave: Amazônia. Barcarena (PA). Contradições sociais. Grandes empreendimentos. Indicadores sociais.

Abstract: This article discusses the wealth and poverty generated by the large industrial enterprises and ports in Barcarena in the state of Pará. It aims to analyze the production and logistic processes in progress – that have generated a high Gross Domestic Product (GDP) – and the social contradictions – verifiable from the labor conditions and labor relations, expropriations and forced displacements, environmental degradation and demand for cash transfer programs such as the Bolsa Família Program. Based on bibliographical, documentary and field research we identified the precarious social conditions of the low-income population, indicating that the production of “wealth” by the port and industrial complex produces, concomitant, poverty of the traditional population and of the migrants, deepening the expression of the “social question” in the region.

Keywords: Amazon region. Barcarena (PA). Great enterprises. Labor. Social contradictions.

Submetido em: 29/7/2015. Aceito em: 16/10/2015.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Docente da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil). E-mail: <fialho@ufpa.br>.

² Cientista Ambiental (Universidade de Wageningen- Holanda. Doutor em Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PGSS/ICSA/UFPA, Brasil). Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil). E-mail: <celzeu@gmail.com>.

1 Introdução

Neste artigo são discutidas as contradições sociais em Barcarena, no estado do Pará, município amazônico localizado à 40 km da capital, Belém. Este município paraense vem recebendo grandes investimentos públicos desde a década de 1980, voltados para o crescimento da indústria minero metalúrgica e infraestrutura portuária. Nas décadas seguintes esse processo teve continuidade e, em que pesem os efeitos da crise capitalista do início do século XXI, o município continuou a receber investimentos significativos a exemplo daqueles destinados à ampliação das instalações portuárias, dessa vez para o escoamento da produção de grãos vindo do centro oeste do Brasil³. Apesar desses investimentos, que resultaram no crescimento excepcional do Produto Interno Bruto (PIB) de Barcarena, a qualidade de vida da população de baixa renda não melhorou e são exemplos disso os dados de desapropriações e deslocamentos forçados, de danos ambientais, da precarização das relações e condições de trabalho e, ainda, a discrepância entre o crescimento econômico e os índices de desenvolvimento humano.

Pesquisas de Fialho Nascimento (2006) e Hazeu (2015) reforçam o agravamento daquelas contradições no município de Barcarena, especialmente a partir dos processos

de desapropriações a que foram submetidas as populações locais para a implementação de grandes empreendimentos econômicos no município. Isso não se deu sem resistências embora o enfrentamento seja desproporcional às forças do grande capital que, em busca de lucros, têm na Amazônia um *locus* preferencial da acumulação capitalista. Segundo Fialho Nascimento (2006) essa condição se dá em função da presença abundante – em quantidade e qualidade –, de recursos naturais, imprescindíveis ao processo produtivo (terra, água, florestas, minérios, etc), além da subserviência política e econômica da região aos interesses do grande capital, nacional e internacional. Esses, e outros processos, determinam a particular inserção da Amazônia no contexto das necessidades históricas da acumulação capitalista como área de “saque” de suas riquezas naturais.

A implantação na Amazônia brasileira de grandes empreendimentos econômicos, especialmente a partir da década de 1970 contribuiu, decisivamente, para a reconfiguração econômica, ambiental e social da região. Estes empreendimentos – especialmente os minero metalúrgicos –, e as intervenções do poder público através de rodovias e estradas federais e estaduais, usinas hidrelétricas e projetos agroexportadores – como a recente monocultura de soja e dendê –, resultaram na expropriação do homem nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência – a terra e os espaços da natureza.

Na realidade amazônica natureza e homem são partes integrantes de uma mesma

³ De acordo com Leal *et al* (2012) o cultivo da soja no Brasil teve início na Região Sul, mais precisamente nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, de onde rumou para a zona do cerrado, chegando até o Maranhão e, daí, seguindo pela rodovia Cuiabá-Santarém, penetrou na região do Baixo Amazonas paraense.

realidade, onde a propriedade da terra é condição preliminar do trabalho sobre ela e onde o homem, quando se apossa da terra, “[...] produz nela, preferencialmente, valor de uso, embora [...], também produza valor de troca, integrado que está em um sistema que lhe exige a produção de um excedente compulsório.” (LEAL, 1981, p. 14). Quando a dinâmica do modo de produção capitalista age, especialmente através da implantação de grandes empreendimentos econômicos, alterando as relações dos homens entre si e com a natureza, têm-se tanto o deslocamento dos ocupantes originários dos espaços onde aqueles empreendimentos se instalaram – ribeirinhos, quilombolas, grupos indígenas, trabalhadores rurais, etc. -, como a atração de trabalhadores de outras regiões do país em busca de trabalho. Este contingente de antigos e novos expropriados faz crescer a população das pequenas, médias e grandes cidades da Amazônia, as quais não oferecem infraestrutura básica para o atendimento de suas necessidades agravando ainda mais as expressões da “questão social” na região. Em Belém, capital do estado do Pará, os migrantes nativos se juntam àqueles oriundos de outros estados e à população urbana de baixa renda, concentrando-se todos em áreas periféricas da capital onde a explosão demográfica nas últimas cinco décadas foi da ordem de 249%, “[...] quando a população passou de 399.222 habitantes, na década de 1960, a 1.393.399 habitantes no ano de 2010.” (LEAL *et al*, 2012, p. 215). Complementarmente, dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2010a) indicam que 81,3% da população total de Belém auferia renda entre zero e dois salários mínimos e destes,

37,1% declaram não ter renda alguma evidenciando assim as precárias condições de trabalho e renda da grande maioria da população belenense.

Para refletir sobre as contradições sociais produzidas no município de Barcarena a partir da presença de grandes empreendimentos econômicos, o texto apresenta os processos produtivos e logísticos em curso naquele município – que têm gerado um elevado PIB -, e as contradições sociais – verificáveis a partir das condições e relações de trabalho, das desapropriações e deslocamentos forçados, da degradação ambiental e da demanda por programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF). Ao final são apresentados resultados que indicam que a produção de riqueza em função do complexo portuário-industrial produz, concomitantemente, pobreza, aprofundando as expressões da “questão social” na região.

2 O município de Barcarena (PA) como *locus* de grandes empreendimentos econômicos

O estado do Pará se constitui num dos espaços de intensos processos desencadeados com a implantação de grandes empreendimentos econômicos na região norte a partir do modelo de desenvolvimento conduzido pelos governos da ditadura militar (1964-1985). A abertura de estradas - especialmente a Transamazônica na década de 1970 -, e os programas de colonização dos governos militares resultaram num rápido e devastador processo de ocupação da região.

Segundo Fialho Nascimento (2006), a priorização da exploração mineral se constituiu no instrumento privilegiado daquele modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro em relação à Amazônia o qual, de acordo com Teixeira (1998, p. 98), foi um “[...] construto de um equivocado planejamento regional das décadas de 70, 80 e ainda 90, hoje rasgada por estradas mal construídas, que abrigam nela corredores a extração dos minérios.”

Dentre os municípios paraenses que sediaram grandes empreendimentos voltados às atividades mineiro metalúrgicas Barcarena merece especial destaque pela implantação nele, na década de 1980, do chamado complexo Albras/Alunorte. Este que é um dos maiores empreendimentos instalados na Amazônia a exemplo de outros grandes projetos, foi implantado para atender necessidades produtivas externas desconsiderando as populações tradicionais locais e seus modos de vida.

A crise econômica de 1970, que pôs fim a um longo período de expansão do capital, fez com que este buscasse saídas estratégicas que incluíssem, na esfera do consumo, a busca e/ou criação de novos mercados e, na esfera da produção, a busca de novas áreas para a instalação mais barata de novas indústrias, dentre outras medidas. Os dois choques nos preços do petróleo atingiram duramente os países de capitalismo avançado, dentre eles o Japão. Este país, que iniciara um movimento de concorrência no mercado mundial com os Estados Unidos, teve afetado a sua capacidade produtiva, especialmente no ramo da indústria de alumínio primário. Empresários japoneses buscaram então transferir suas unidades

produtivas para onde houvesse facilidades à produção de alumínio reclamando o apoio do governo do estado do Pará para a implantação de um complexo de alumínio na Amazônia⁴.

A exemplo de outros grandes empreendimentos econômicos, a defesa deste grande projeto por parte da burguesia local, virtualmente uma burguesia subsidiária, esteve baseada no discurso do desenvolvimento regional, do “progresso” a ser gerado pelo investimento do capital na região. O local escolhido para a instalação do complexo Albras/Alunorte situou-se, pelas facilidades e condições que oferecia, no município de Barcarena, próximo da capital paraense. Após a implantação da Albras/Alunorte na década de 1980, o município passou a sediar um novo empreendimento denominado Projeto Caulim⁵ cujas obras iniciaram na década de 1990. A infraestrutura já instalada anteriormente para o complexo Albras/Alunorte facilitou a escolha do município de Barcarena como local de instalação deste novo empreendimento, uma vez que o grande capital já encontrava prontas as condições para ali se implantar. Estas foram obra do Estado, que realizara os investimentos necessários à favor dos interesses

⁴ O complexo Albras/Alunorte processa bauxita e a transforma em alumina e depois alumínio primário. As principais reservas do mineral estão situadas no município de Oriximiná, no estado do Pará, que concentra 75% das reservas totais brasileiras (PARÁ, 2009).

⁵ Na década de 1970 foram descobertos depósitos de caulim (uma espécie de argila com grandes aplicações industriais) ao longo do Rio Capim, afluente do Rio Guamá, distante cerca de 130 km em linha reta de Belém. A exploração e beneficiamento do mineral ficaram à cargo de duas empresas: a Pará Pigmentos e a Rio Capim Caulim (PARÁ, 2009).

da acumulação naquilo que Mandel (1985) denominou de Estado do Capitalismo Tardio isto é, aquele que subsidia o processo de industrialização ao “atrair” o capital estrangeiro com vistas a desenvolver o país.

Além do beneficiamento da bauxita pela Albras/Alunorte e do caulim pelas empresas IMERYS Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, o município passou a sediar a VOTORANTIM na fabricação de cimento, a USIPAR na produção do ferro gusa, a ALUBAR na fabricação de cabos de alumínio, a BUNGE na fabricação de adubos, a BURUTIRAMA, na fabricação de lingotes de manganês, a TECOP, na produção de coque de petróleo e os mais recentes portos da TERFRON e da HIDROVIAS DO BRASIL para exportação de soja.

Os projetos de desenvolvimento instalados em Barcarena na década de 1980 de início foram conduzidos pelo governo federal através da Companhia Vale do Rio Doce em parceria com o capital internacional. Posteriormente as multinacionais se retiraram das parcerias ou se mantiveram como sócias minoritárias das empresas estatais, repassando todo ônus de investimentos e de operação para o governo brasileiro. As operações globais permaneceram gerando lucros para as multinacionais e após a privatização da Companhia Vale do Rio Doce em 1997, a partir de então chamada apenas “Vale”, mudou a configuração mas não a lógica da ocupação capitalista. Importante destacar que a própria privatização da estatal foi financiada com recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que o valor pago pela empresa não chegou a 4% do valor real (MANO, 2006). A Vale era a acionária majoritária

no beneficiamento da bauxita pela Albras/Alunorte e do caulim pela Pará Pigmentos e após sua privatização desfez-se gradativamente das suas operações nestes dois setores culminando, em 2010, com a venda da Albras/Alunorte para a empresa norueguesa HYDRO e da Pará Pigmentos para a empresa francesa IMERYS.

3 Contradições sociais no município de Barcarena (PA)

As contradições sociais presentes no município de Barcarena a partir da implantação daqueles grandes empreendimentos manifestam-se sob diferentes aspectos afetando o modo de produção e reprodução social da sua população.

Com a implantação da Albras/Alunorte, ainda na década de 1980, deterioraram-se as condições de vida e trabalho das populações expropriadas dos seus meios de sobrevivência. De acordo com Cardoso *et al.* (1986),

[...] ao considerar o processo histórico de Barcarena, constatou-se que a implantação desse projeto numa área de economia tradicional com traços caboclos fortemente impregnados de uma cultura indígena, trouxe impactos consideráveis, inicialmente, no que tange à questão fundiária (expropriação da terra, alterações na produção, proletarianização, etc.) com sérias implicações sócio-econômicas-culturais e políticas na população nativa, e também em relação aos centros populacionais, não somente alterando a sua composição demográfica como introduzindo contradições típicas das médias e grandes cidades. (CARDOSO *et al.*, 1986, p. 2-3).

A partir das décadas seguintes, as novas configurações do mercado mundial capitalista demandaram novas funções ao município que além de área de transformação primária de minério passou a interposto de circulação de mercadorias como gado e soja. Apesar do crescimento econômico não houve uma expansão da demanda por trabalhadores locais, o que contribuiu - além da deterioração dos seus modos de vida e das desapropriações -, para a exclusão da população tradicional da nova dinâmica econômica instalada no município. A inserção precária e limitada no novo mercado do trabalho pode ser observada a partir da análise do quadro de funcionários empregados na grande indústria, como a Hydro, e no setor de transporte de carga rodoviária, marítima e fluvial.

A empresa Hydro de produção de alumina e alumínio e maior empregadora de Barcarena encaminhou em 2014, a pedido dos autores deste artigo, informações sobre a residência e origem de seus 1.612 funcionários. Apesar de ser uma empresa que atua há mais de 30 anos no município, pouco mais de 50% dos seus funcionários residem em Barcarena e somente 9% lá nasceram (HAZEU, 2015).

O novo setor de transporte vinculado à ampliação do movimento portuário tem mobilizado milhares de caminhoneiros. Segundo dados da Companhia Docas do Pará (CDP) 1.453 caminhões de placas diferentes entraram e saíram do porto da Vila do Conde, enquanto o Censo de 2010 registrou somente 45 caminhoneiros de Barcarena no ambiente urbano e 143 no ambiente rural. Dos 7.495 tripulantes de várias partes do Brasil e do mundo que passaram pelos

portos de Barcarena poucos eram oriundos do município onde, segundo o Censo de 2010 (tabela 3594), há somente 175 trabalhadores registrados como “marinheiros de coberta e afins” e 40 trabalhadores como capitães, oficiais de coberta e práticos, a maioria atuando em embarcações locais e nenhum nos navios de transporte internacional (HAZEU, 2015).

Se por um lado a dinâmica do crescimento econômico do município não tem absorvido a força de trabalho local investindo, pelo contrário, na contratação de trabalhadores de outros municípios e estados, por outro tem estimulado o trabalho temporário e precário através de subempregos e o mercado de trabalho informal especialmente de venda de alimentos e de espaços de lazer.

Quando comparados na Tabela 1 o excepcional volume da produção mineral do município de Barcarena expresso em seu PIB - que em 2010 foi de 2.287.297 mil reais -, com o Índice de desenvolvimento Humano (IDH) também de 2010 - que foi de 0,662 considerado médio - e ainda o PIB *per capita* do município, observam-se resultados que demonstram as contradições sociais presentes em Barcarena.

Tabela 1. Município de Barcarena segundo população, pib e pib PER CAPITA (2010)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PIB (mil reais)	PIB/per capita	IDH-M
BARCARENA	99.859	3.550.233	35.573,48	0,662

Fonte: IBGE (2010a); IBGE (2010b). Elaborado pelos autores.

Para uma população de 99.859 habitantes, o PIB de Barcarena foi de R\$ 3,5 bilhões de reais e o PIB *per capita* foi de R\$ 35.512,63 (trinta e cinco mil, quinhentos e doze reais e sessenta e três centavos). Embora ilustrati-

vos, estes indicadores econômicos ocultam as condições de vida da grande maioria da população barcarenense uma vez que enquanto o PIB *per capita* mede a distribuição da riqueza gerada no município pelo número total da população o rendimento médio mensal domiciliar mede o valor médio da renda domiciliar auferida por cada morador do domicílio. Assim, os dados podem ser melhor verificados a partir da Tabela seguinte que apresenta o rendimento médio mensal domiciliar e o rendimento mediano mensal - pois enquanto a mediana é uma medida estatística que separa uma população na metade, isto é, 50% do conjunto fica abaixo da mediana e outros 50% acima desta -, metade da população de Barcarena auferia renda inferior a R\$ 222,00 (duzentos e vinte e dois reais).

Tabela 2. Município de Barcarena segundo rendimento médio e mediano mensal domiciliar per capita

MUNICÍPIO	RENDIMENTO	
	MÉDIO	MEDIANO
	MENSAL	MENSAL
BARCARENA	R\$ 358,00	R\$ 222,00

Fonte: IBGE (2010a); IBGE (2010b). Elaborado pelos autores.

Na contramão do crescimento econômico, expresso no seu PIB, o município de Barcarena vem perdendo posições no *ranking* estadual e nacional em relação ao seu IDH. Apesar do crescimento em termos absolutos a série histórica estadual do IDH-M indica que Barcarena passou do 3º lugar em 1991, para o 4º lugar em 2000 e hoje se encontra no 14º lugar com um IDH de 0,626 considerado como desenvolvimento humano médio. Ao ser desmembrado por suas variáveis percebe-se que saúde e renda se mantêm com patamar médio enquanto educação é considerada de baixo desenvol-

vimento humano (DEEPASK, 2013). Comparada com o IDH da Região Metropolitana de Belém (RMB), da qual Barcarena faz parte pela dinâmica socioeconômica, observa-se uma grande disparidade uma vez que enquanto o IDH da RMB é de 0,729 o de Barcarena é mais do que um décimo menor.

O IDH, sendo um indicador elaborado para superar as limitações do PIB como indicador de desenvolvimento, apresenta também suas limitações, que escondem importantes questões relacionadas à qualidade de vida. O indicador universal não atende às especificidades locais, as diversidades entre rural e urbano ou contextos culturais e societários.

No caso de Barcarena, além da precarização da questão do trabalho, dois outros fatores deterioram a qualidade de vida com o avanço do projeto capitalista industrial-portuário: as desapropriações e a poluição industrial.

Para a instalação da indústria de alumínio, dos portos e da vila para os trabalhadores, nos anos 1980, cerca de quinhentas famílias que residiam na área foram desapropriadas, várias delas sem indenização e remanejadas sem que fossem consultadas sobre para onde desejavam ir e em que condições. Foram privadas, assim, da possibilidade de reproduzirem-se nas mesmas condições em que o faziam antes da chegada das empresas o que contribuiu, entre outros, para uma brutal alteração no seu modo de vida. A expropriação da terra é um dos aspectos mais importantes das transformações operadas no município de Barcarena, justamente porque para o homem amazônida é a

terra que permite a reprodução das suas condições materiais de existência.

Na área onde instalaram-se nas décadas seguintes os novos empreendimentos, próximo às instalações do projeto Albras/Alunorte, existia toda uma complexa estrutura social composta de inúmeras comunidades rurais, com uma população nativa, ligada por fortes laços de parentesco e religiosidade, praticantes da pesca, caça e extrativismo, além de uma pequena lavoura de subsistência.

De acordo com Fialho Nascimento (2006), uma das principais preocupações dos moradores atingidos pela implantação do Projeto Caulim, era a de evitar que se repetisse com eles o que acontecera com as famílias que residiam na área onde se instalou anteriormente a Albras/Alunorte. Diferentemente do processo anterior⁶, as famílias afetadas pelo Projeto Caulim mobilizaram-se e em decorrência da pressão junto aos

órgãos públicos do Estado, foi assinado um Termo de Compromisso na busca de condições mínimas de reprodução das suas condições de vida. Entretanto, essas condições foram restringidas quando as empresas instalaram-se na área, pois uma das medidas adotadas foi o cerceamento da área e com isso as famílias tiveram dificultadas e depois inviabilizadas suas práticas tradicionais de pesca, ou seja, sua principal fonte de sobrevivência. Repetiu-se, assim, com as famílias afetadas pelo Projeto Caulim, em que pese o processo diferenciado em relação às famílias afetadas pelo Projeto Albras/Alunorte, os mesmos resultados sobre suas condições de vida: a expropriação seguida de um processo de pauperização.

Na década de 2000 esse processo tendeu a agravar-se a partir da instalação de outros empreendimentos econômicos na área do município de Barcarena. Conforme pode ser observado no Quadro 1, desde 1980 até 2015 quase mil famílias foram deslocadas compulsoriamente, sem reassentamentos adequados ou na sua maioria sem nenhum projeto de reassentamento e com irrisórias indenizações, enquanto muitas famílias (entre elas várias que já sofreram desapropriações) continuam sendo ameaçadas por novas desapropriações. As desapropriações e deslocamentos forçados são planejados e executados por órgãos estatais junto com as empresas interessadas. Os direitos dos moradores são desconsiderados e eles são literalmente desterritorializados e sob permanente ameaça de novos deslocamentos compulsórios. Estes grupos perderam suas bases de sustentação e seus modos de vida ribeirinha sem encontrar e receber um novo lugar e condições de retomar a vida nos

⁶ O processo de negociação das comunidades contou com assessoria de um Projeto de Extensão do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disso resultou um Termo de Compromisso que previa, dentre outros, a construção de moradias na área para onde as comunidades escolheram ser remanejadas. Esse processo diferenciou-se daquele ocorrido com as famílias que foram remanejadas quando da construção do complexo Albras/Alunorte porque, naquele caso, as famílias remanejadas não escolheram para onde desejavam ser transferidas sendo iniciado um processo judicial que, ao término, foi encerrado sem uma conclusão favorável às famílias. Parte considerável delas ao serem expropriadas das suas terras dirigiu-se para a Região Metropolitana de Belém (RMB), especialmente para o município de Ananindeua que experimentou um excepcional crescimento de sua população e se constitui hoje no segundo maior município paraense em termos demográficos.

moldes anteriores. Parte deles busca outras áreas próximas, ainda no município de Barcarena, para dar continuidade ao seu modo de vida sem que isso seja garantia de que não serão novamente deslocados compulsoriamente enquanto outra parte migra para municípios próximos, como Belém.

Quadro 1. Famílias desapropriadas em barcarena de 1980 a 2014, por período e empreendimento causador

PERÍODO	EMPREENHIMENTO	FAMÍLIAS DESAPROPRIADAS	FAMÍLIAS AMEAÇADAS COM DESAPROPRIAÇÃO
1980-1990	Albrás/Alunorte, Porto da Vila do Conde, Vila dos Cabanos	513 famílias	
1990-2000	Para-Pigmentos, Rio Caulim Capim	75 famílias	
2000-2010	USIPAR, CAP, ZPE	187 famílias	
2010-2014	Porto Hidrovias	196 famílias	
	Distrito Industrial		1622 famílias
TOTAL		966 famílias	1622 famílias

Elaboração: Hazeu (2015).

A implementação do complexo industrial-portuário não só deslocou os moradores, mas trouxe também a poluição industrial permanente, além de acidentes ambientais. A saúde da população que mora na influência direta das fábricas tem piorado e os acidentes ambientais, listados os mais severos no Quadro 2, tem poluído o ar, rios, igarapés e terra deixando comunidades inteiras sem água potável e em permanente estado de risco.

Quadro 2. Cronologia dos principais acidentes ambientais em Barcarena desde 2003

Ano	Empresa	Danos ambientais
2003	Alunorte	Carreamento de lama vermelha para o rio Murucupi.
2003	Alunorte	Morte de peixes na praia de Itupanema, carreamento de afluentes.
2004	Alunorte	Nuvem de fuligem sobre Vila do Conde (resíduos de combustão de hidrocarbonetos lançados na atmosfera).
2006		Floração de algas no igarapé Murucurua e na praia de Caripi.
2006	Imerys	Contaminação de poços do bairro industrial por efluentes do processo de beneficiamento do caulim.
2006	Imerys	Lançamento excessivo de fuligem das chaminés da Imerys, atingindo o bairro industrial.
2007	Imerys	Carreamento de efluentes ácidos para os igarapés Curupeté e Dendê, atingindo o rio Pará.
2008	Rebocador Miss Rondônia	Vazamento de óleo combustível no rio Pará, após o naufrágio de rebocador Miss Rondônia.
2009	Alunorte	Carreamento de lama vermelha para o rio Murucupi.
2010	Imerys	Nuvem de fuligem sobre o bairro industrial.
2011	Imerys	Rompimento de duto com efluentes ácidos, atingindo os igarapés Curupeté e Dendê.
2012	Imerys	Vazamento de caulim por uma fissura na tubulação que transporta polpa de caulim entre o porto e a planta da empresa, atingindo o igarapé Maricá.
2014	Imerys	Vazamento de caulim das bacias.
2015	CDP	Vazamento de óleo combustível e contaminação pela decomposição de 5.000 cabeças de gado mortas no rio Pará e afluentes após naufrágio de navio.

Fonte: Moraes e Silva (2011, p. 32-33), Mendes (2015).

Como resultado destas condições precarizadas de vida e trabalho de grande parte da população de Barcarena é significativa a demanda pelo Programa Bolsa Família/PBF que, ao ser implantado em 2004, atendeu um total de 1.765 famílias no município, número que se ampliou para 10.370 famílias no ano de 2012 indicando o crescimento da demanda por esse programa. Segundo

dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o repasse do governo federal para o município financiar o PBF no mês de dezembro de 2004 foi de 127.285,00 (cento e vinte e sete mil duzentos e oitenta e cinco reais) e apesar dos recursos terem alcançado 1.995.646 (um milhão novecentos e noventa e cinco seiscientos e quarenta e seis reais) no mês de dezembro de 2012, esse aumento não atende o número de famílias que se encontra em situação de vulnerabilidade social (IPEADATA, 2014).

Por fim pode-se destacar que a proximidade do município de Barcarena em relação à Belém produziu, de acordo com Hazeu (2015), uma nova dinâmica caracterizada pela inversão do processo desencadeado na década de 1980. Naquele momento foi elaborado um projeto de urbanização chamado Vila dos Cabanos que acompanhou originalmente o plano de implantação do complexo Albrás/Alunorte, projetada como Cidade-Empresa aberta (sem cercas) e que, posteriormente, não recebeu investimentos em serviços públicos para dinamizar sua função urbana. Ainda de acordo com o autor o investimento no transporte pendular entre Barcarena e Belém⁷, possibilitando e estimulando aos funcionários das empresas fixarem residência fora de Barcarena, gerou o abandono da Vila pelos funcionários de maior poder aquisitivo. Com isso migrantes das periferias de Belém passaram a migrar para a Vila dos Cabanos num processo de periferização metropolitana.

⁷ Transporte pendular é a forma de transporte que possibilita o deslocamento de trabalhadores e estudantes e sua vivência diária de múltiplos espaços (HAZEU, 2015).

4 Considerações finais

Os resultados do modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia pela via da exploração de suas riquezas naturais – especialmente concentradas no estado do Pará -, produziu, e continuam a produzir, expressões da “questão social” na região.

Partindo de uma perspectiva crítica, diferentes estudos indicam que as contradições sociais presentes na realidade amazônica resultam da particular inserção da região no contexto das necessidades históricas da acumulação capitalista. A busca desenfreada pela geração de divisas e suas correspondentes práticas, tendem a submeter, pela desigualdade expressa nas relações de troca do mercado mundial, as sociedades de economia subordinada. Esse é o caso do Brasil e nele da Amazônia brasileira, alvo de uma exploração desmedida que rebate, direta e indiretamente, tanto nas condições gerais de manutenção do ecossistema como particularmente nas condições de vida e trabalho de seus habitantes.

No caso do município de Barcarena o crescimento econômico expresso em seu elevado PIB não reverte em melhorias nas condições de vida e trabalho de sua população – nativa ou não -, uma vez que os investimentos são voltados para o funcionamento do complexo industrial-portuário e não para serviços públicos de saúde, educação, renda, habitação e saneamento. Junte-se a isso o fato dos empregos gerados pela economia global praticamente não envolverem moradores de Barcarena reproduzindo um quadro de desemprego que agrava ainda mais o processo de pauperização daquela

população. A centralidade adquirida pelo município de Barcarena em virtude da infraestrutura ali instalada é falsa uma vez que cada escala de mobilidade tem o seu centro de decisão longe do município, principalmente em Belém, Brasília, São Paulo, Noruega, França e Estados Unidos. Nestes polos se definem quem serão deslocados das suas terras para implantação de obras ou para especulação fundiária; como se organiza a moradia e o transporte dos trabalhadores das grandes empresas e funcionários públicos; quais recursos serão explorados e exportados no Pará, quais os caminhões e navios serão contratados e para onde os produtos serão transportados.

A pauperização presente na região amazônica está relacionada, assim, aos processos sociais desencadeados historicamente sobre ela e é resultado, no passado recente, da intensificação do processo de ocupação do território e da consequente desestruturação das formas tradicionais de subsistência que a acompanha. O Estado, como gestor das Políticas Públicas de atendimento à população, apenas ensaia ações de caráter paliativo – à exemplo do PBF –, e nunca preventivo, apenas remediando as consequências das prioridades mercantis. Na maioria das vezes suas ações sequer incorporam uma política de atendimento às populações atingidas pelos grandes projetos de desenvolvimento que, sob sua ótica, são percebidas como obstáculos a serem removidos para dar lugar ao grande empreendimento, aquele que vai gerar o crescimento econômico da região. As ações do Estado, em nível federal ou regional, na condução das políticas públicas – independentemente do regime político –,

são decisivas na manutenção do modelo de desenvolvimento historicamente adotado, mantendo a Amazônia como empório de recursos naturais para a acumulação capitalista.

Na sequência do neoliberalismo e de suas Políticas Sociais focalizadas, setorializadas e fragmentadas surgiu, mais recentemente, a proposta do chamado neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo. Enquanto alternativa ao projeto neoliberal e também ao socialismo, esta proposta se caracteriza por um sincretismo entre o Estado e o mercado na busca de uma suposta promoção do bem-estar social em que o primeiro desempenha um papel ativo para o segundo facilitando a entrada de capital externo dirigida para o financiamento do investimento produtivo. Com esse discurso ideológico o Estado, segundo Pfeifer (2013), nos marcos de mais uma etapa de crise capitalista, promove uma Política Social que cria condições gerais de acumulação e de circulação como é o caso de programas como o PBF que, se por um lado sacia a fome de milhares de brasileiros, por outro fomenta a constituição de um mercado de consumo de massa interno.

No campo dos investimentos em infraestrutura o neodesenvolvimentismo reforça, por exemplo, a abertura comercial e financeira, objetivando eliminar todo tipo de barreiras ou discriminações contra os capitais. Na Amazônia isso se manifesta, dentre outras formas, no reforço à implantação e/ou manutenção de grandes empreendimentos econômicos cujos exemplos mais significativos são os grandes projetos de mineração, as hidrelétricas, os projetos agropecuários e, mais recentemente, o investimento na am-

pliação das vias de exportação de mercadorias como os portos.

O município de Barcarena, ao mesmo tempo em que produz riquezas que colocam o Brasil entre as maiores economias do mundo apresenta, contraditoriamente, indicadores sociais que expressam a precariedade das condições de vida da maioria da população. Mesmo com o avanço dos investimentos em políticas públicas e/ou ações como o PBF esse volume é insuficiente para atender as necessidades sociais das famílias atingidas pela expropriação de suas terras, pelos deslocamentos forçados e pelo desemprego crescente que as submete à formas precarizadas de trabalho. Essa lógica de crescimento econômico pela via da implantação de grandes projetos na Amazônia tem, assim, contribuído para agravar as expressões da “questão social” na região colocando em pauta a necessidade de estudos e pesquisas que desmistifiquem essa realidade e os discursos que, pretensamente progressistas, corroboram para a manutenção desse *status quo*.

Feitas estas considerações, há que se destacar que a Região Amazônica deve ser compreendida a partir de sua inserção, historicamente subordinada, no quadro da acumulação capitalista mundial. Esta se realizou - e se realiza - com base na exploração das sociedades herdeiras da sina colonial, especialmente aquelas ricas em recursos naturais, imprescindíveis aos países de capitalismo avançado, especialmente nos períodos de crise como o que o sistema experimenta nas últimas décadas. Esta exploração se dá, entre

outros métodos, pela via da implantação de empresas multinacionais e transnacionais, que dispõem de tecnologia de última geração e de capital ávido para ser empregado onde a lucratividade exceda os níveis alcançados em seus países de origem. O Estado, em suas diferentes instâncias, tem atuado em diferentes sentidos, ora pela sua omissão, especialmente nos casos de agressão aos direitos e garantias individuais, ora tem reproduzido o discurso modernizante do desenvolvimento e, mais recentemente, do neodesenvolvimentismo que, pela via privilegiada e histórica dos grandes projetos, obscurecem a essência do fenômeno, qual seja, a internacionalização do capital.

Referências

CARDOSO, Maria da Paz Araújo *et al.* **Magistério de 1ª a 4ª série numa área de ruptura das relações sociais tradicionais**: a questão da formação profissional. Belém: INEP/FADESP/UFPA, 1986.

DEEPASK. Dados Socioeconômicos. **IDH Municipal**: Veja Índice de Desenvolvimento Humano por cidade do Brasil: BARCARENA, PA. 2013. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=barcarena/PA-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FIALHO NASCIMENTO, Nadia Socorro. **Amazônia e desenvolvimento capitalista**: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAZEU, Marcel. **O não-lugar do outro:** sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. 2015. 327 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Brasília (DF), 2010a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2010.asp?o=4&i=P>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

IBGE. PIB Municipal 2006-2010. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default_xls.shtm>. Acesso em: 20 nov. 2015

IPEADATA. **Programa Bolsa Família (PBF):** número de benefícios em dezembro: Pará. 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

LEAL, Aluísio Lins *et al.* Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re) produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 157-167, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1186>>. Acesso em 10 nov. 2015.

LEAL, Aluísio Lins. Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia:

o caso ALBRAS/ALUNORTE. **Revista Ciências da Terra**, Barcarena, n. 5, p. 49-55, jul./ago. 1981.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MANO, Máira Kubík. Justiça reconhece fraude na privatização da Companhia Vale do Rio Doce. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 set. 2006. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/13191>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

MENDES, Carlos. **Navio superlotado de bois afunda em Barcarena.** Belém: Ver-o-Fato, 6 out. 2015. Disponível em: <<http://ver-o-fato.blogspot.com.br/2015/10/navio-superlotado-de-bois-afunda-em.html>>. Acesso em: 13 out. 2012.

MORAES, M.R.L.; SILVA, J.G.C. **Posicionamento da rede da sociedade civil pró-fórum em Barcarena.** Belém: IEB, 2011.

PFEIFER, Mariana. Bresser-Pereira e o pacto neodesenvolvimentista. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES. **Análise espacial da mineração no Pará:** análise espacial da mineração na Pará. São Paulo: FIPE, 2009. Disponível em: <www.simineral.org.br/arquivos/AnliseEspacialdaMineraoPar.pdf>. Acesso em: 13 out. 2012.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A assistência social na Amazônia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 97-113, 1998.